



Assembleia Municipal de Lagoa – Açores

ATA DA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOA – AÇORES, DE 26 DE ABRIL DE 2018

ATA N.º 03/2018

Aos vinte e seis dias do mês de abril do ano de dois mil e dezoito, pelas vinte horas e trinta minutos, realizou-se a segunda sessão ordinária da Assembleia Municipal do Concelho de Lagoa - Açores, na Junta de Freguesia de Nossa Senhora do Rosário, nesta Cidade de Lagoa - Açores, sob a Presidência de José Manuel Dias Pereira, do Primeiro Secretário Manuel António Rodrigues e da Segunda Secretária Graça de Lurdes Resendes Costa Araújo. Estiveram presentes na sessão os seguintes membros: Carlos Eduardo Teixeira de Faria Resendes, Ruben Filipe Rebelo Cabral, Maria dos Anjos da Silva Costa Silva, Pedro Miguel Sousa Rodrigues, César Augusto Medeiros Pacheco, Edite Souto de Freitas Preto, Eduíno Manuel da Ponte Rego, Vítor Manuel Medeiros Sousa, José Eduardo da Cunha Pacheco, André Carvalho Almeida, Mónica Isabel Barranqueiro Domingues, Carla Mota Martins Galvão, Francisco Ferreira de Magalhães, Paulo Ricardo Pereira de Melo, Adriano Manuel Mota Costa, Gilberto de Sousa Borges, João Carlos Ferreira Botelho em substituição do Presidente da Junta de Freguesia de Santa Cruz e Victória da Silva Couto.

Não compareceram à sessão os membros Frederico Furtado de Sousa, Pedro Alexandre Gomes Marques, Ana Teresa Amaral Pimentel Sousa Medeiros, Olga Maria Rodrigues Borges Soares e Álvaro Nuno Carreiro da Mata Vitorino.

Em representação da Câmara Municipal, participaram a Senhora Presidente da Câmara Municipal, Cristina de Fátima Silva Calisto, acompanhada pelos Senhores Vereadores: Ricardo Nuno Ferreira Martins Mota, Carlos Augusto Borges Rodrigues Furtado, Fernando Jorge Ventura Moniz, Albertina Maria Costa Oliveira e Roberto Manuel de Sousa Oliveira.

Esteve presente a assistir à sessão a cidadã Marina Chaves, Presidente da Assembleia de Freguesia de Água de Pau, a qual não interveio no período de intervenção ao público.

Verificada a existência de quórum, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta esta sessão. Saudou a Senhora Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados Municipais e todos os presentes. Agradeceu a presença de todos.

Expôs que aquela foi a segunda sessão ordinária da Assembleia Municipal de 2018, realizada no mês de abril, mês em que o Município assinala o seu 6.º aniversário de elevação a Cidade. Felicitou a Câmara Municipal, pelo seu programa de atividades, centrado nas principais Praças da Cidade, Praça de Nossa Senhora da Graça e Praça da República, Polivalente de Água de Pau

e dedicado às novas gerações, tornando, deste modo, a festa mais próxima das populações. Muitos parabéns à Câmara Municipal!
A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

ATAS DAS REUNIÕES ANTERIORES

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu que atendendo que foi enviada cópia da ata a todos os Deputados Municipais, que fosse dispensada a leitura da ata, o que foi aceite, por unanimidade. De seguida, colocou à aprovação de todos os membros a ata da primeira sessão ordinária, do dia 1 de fevereiro de 2018.

A ata foi aprovada, por unanimidade, não tendo os membros Graça Araújo, André Almeida e Paulo Melo participado na votação por não terem estado presentes na referida sessão, de acordo com o n.º 3 do art. 34º do CPA que refere "Não participam na aprovação da ata os membros que não tenham estado presentes na reunião a que ela respeita".

De seguida, colocou à aprovação de todos os membros a ata da sessão extraordinária, do dia 7 de março de 2018.

A ata foi aprovada, por unanimidade, não tendo os membros Manuel António Rodrigues e Ruben Filipe Rebelo Cabral participado na votação por não terem estado presentes na referida sessão, de acordo com o n.º 3 do art. 34º do CPA que refere "Não participam na aprovação da ata os membros que não tenham estado presentes na reunião a que ela respeita".

CORRESPONDÊNCIA

Procedeu depois, o Senhor Presidente da Assembleia, à exposição da correspondência recebida, no período de 2 de fevereiro a 26 de abril de 2018, informando que a mesma se encontrava disponível para consulta.

JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS

Pelos membros André Carvalho Almeida e Paulo Ricardo Pereira de Melo foram recebidas comunicações, solicitando justificação da falta à sessão ordinária de 1 de fevereiro de 2018.

Pelos membros Manuel António Rodrigues e Ruben Filipe Rebelo Cabral foram recebidas comunicações, solicitando justificação da falta à sessão extraordinária de 7 de março de 2018.

Pelos membros Pedro Alexandre Gomes Marques, Olga Maria Rodrigues Borges Soares e Álvaro Nuno Carreiro da Mata Vitorino foram recebidas comunicações, solicitando justificação da falta à sessão ordinária de 26 de abril de 2018.

A Mesa considerou justificadas as faltas.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara que cumprimentou todos os presentes e expôs que estavam no final do mês de Abril, mês em que se comemorou o Feriado Municipal e a elevação da Lagoa a Cidade, com um vasto programa de atividades, destacou a realização do Azores Challenge de Patinagem Artística e a apresentação da Nova Imagem do Desporto da Lagoa.

De seguida o Senhor Presidente da Assembleia passou a palavra ao Senhor Gilberto Borges, Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora do Rosário que deu as boas noites a todos os presentes, e agradeceu à Mesa da Assembleia por ter acedido ao seu pedido de realizar a presente sessão na sede da Junta de Freguesia de Nossa Senhora do Rosário por ocasião das comemorações do 475º Aniversário da freguesia do Rosário.

Congratulou-se com a aprovação da Ciclovia, entre o Portinho de São Pedro e as poças do Cruzeiro, na Atalhada, obra que sem dúvida virá valorizar a sua freguesia, questionando para quando se prevê o início da obra.

Relativamente à Rua 25 de Abril perguntou para quando as obras de pavimentação daquela rua, referiu que sabe que há um grupo de pessoas contra aquela intervenção.

A Senhora Presidente da Câmara respondeu que a candidatura da Ciclovia a Fundos Comunitários foi aprovada recentemente, também foi aprovada em reunião de Câmara a classificação DIM - Declaração de Interesse Municipal, tendo sido enviado ofício à Secretaria Regional do Ambiente e do Mar para ser publicado em Jornal Oficial o Despacho de Interesse Municipal para se poder avançar com a obra.

Relativamente aos procedimentos administrativos, esclareceu que a obra será lançada a concurso público, o qual é obrigatório tendo em vista o valor da mesma, adjudicada e celebrado o contrato com o empreiteiro e ainda depois terá de ir colher o visto ao Tribunal de Contas pelo que a previsibilidade para a realização do projeto não será antes do final do ano.

Quanto à Rua 25 de Abril, a pavimentação daquela rua não é consensual entre os Vereadores, moradores e instituições, uns são a favor e outros são contra. Salientou que há um conjunto de aspetos que têm de ser tidos em conta, desde a calçada, fachada do cinema, a sede da banda, a Igreja do Rosário e pediu-se um estudo a um gabinete, para ter atenção os fatores culturais, acessibilidades favoráveis para as pessoas e preservação do espaço à volta da Igreja. Acrescentou que o processo estava pronto para avançar com a pavimentação mas atendendo às manifestações pediu-se um estudo de forma a fundamentar a melhor opção para aquela rua.

O Senhor Gilberto Borges lembrou que a pavimentação da Rua 25 de Abril foi uma das suas promessas eleitorais e que não estava satisfeito com essa situação, pois a sua proposta era substituir a calçada por asfalto desde a Praça da Senhora da Graça até ao cinema e questionou quais as questões subjacentes para os moradores estarem contra porque não sabe quais são nem as compreende uma vez que a pavimentação vem melhorar a circulação de viaturas,

peças e idosos pelo passeio pois este tem uma inclinação muito grande e por vezes os idosos têm de se agarrar às paredes.

A Senhora Presidente da Câmara respondeu que a intervenção que se propõe também inclui os passeios devido à sua inclinação e do piso, mas há fatores históricos, culturais e patrimoniais muito importantes e que têm de ser considerados e essa decisão deverá ser tomada com cautela sob pena de mais tarde virmos a ser acusados de não ter respeitado e salvaguardado o nosso património.

Reforçou que da forma como a intervenção estava inicialmente prevista, havia um procedimento para a iluminação e outro para a pavimentação, ou seja, ia haver várias intervenções no mesmo espaço e corria-se o risco de sermos penalizados por não se ter acautelado essa situação.

O membro Eduíno Rego referiu que aquela é uma zona com a qual se identifica desde sempre pois cresceu e viveu muitos anos naquela rua e entende que é um assunto que vai influenciar a vida das pessoas e deve ser bem pensada, é uma boa medida terem auscultado os moradores e ter sido solicitado um parecer.

O membro José Pacheco no uso da palavra felicitou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal por trazer a outra freguesia esta sessão da Assembleia, solicitando que uma futura sessão seja realizada na freguesia da Ribeira Chã. Dirigindo-se à Senhora Presidente da Câmara Municipal deixou duas questões: a primeira sobre qual o ponto de situação do loteamento da Ribeira Chã e a segunda sobre a Rua de São José, pois desde 2013 que não tem conhecimento sobre a situação.

A Senhora Presidente da Câmara referiu que relativamente aos lotes da freguesia da Ribeira Chã, de cerca de 20 interessados identificados pela Junta de Freguesia, aquando da hasta pública para aquisição de 4 lotes apenas 3 foram vendidos, tendo ficado um lote por vender.

Na 2ª fase do loteamento, serão vendidos os lotes que se situam a uma quota mais elevada sendo necessário primeiro fazer trabalhos de escavação.

Relativamente à Rua de São José, referiu que enquanto foi Chefe de Gabinete do Eng. João Ponte fez vários contactos com os moradores para propor a aquisição das suas moradias e apenas um morador aceitou vender, a maior parte dos moradores não quis, apesar de existir um Contrato ARAAL para a aquisição daquelas casas, as pessoas preferiram manter-se no local.

O membro José Pacheco expôs que numa sessão da Assembleia Municipal em 2013, acordou-se com o Eng. João Ponte e com a Presidente da Junta de Freguesia da altura, Sra. Albertina Oliveira, passar este assunto para o Governo Regional no sentido de encontrarem uma solução benéfica para os moradores da Ribeira Chã e iria ser criada uma alternativa de circulação. Foram oferecidos cerca de 20/30 mil Euros por habitação e os moradores argumentaram que não aceitavam esse dinheiro, queriam era uma habitação, porque o valor proposto não era suficiente para que pudessem adquirir uma nova habitação. Salientou ainda que a situação do

talude da Rua de São José não foi causada de um dia para o outro, foi agravando-se com o passar do tempo.

Na altura houve uma reunião com os moradores na Junta de Freguesia da Ribeira Chã e o processo foi reencaminhado para o Governo Regional e sobre este ponto de situação que gostava de ter informação.

A Senhora Presidente da Câmara informou que o LREC – Laboratório Regional de Engenharia Civil já tinha feito um estudo sobre a estabilidade do talude da Rua de São José e há cerca de um mês voltou a solicitar ao LREC um novo parecer o qual se encontra a aguardar.

Expôs que as casas foram avaliadas com um valor acima do preço de mercado, o que acontece é que têm pouca área, a avaliação foi mais elevada atendendo a essa situação, mas como as casas são pequenas o valor oferecido aos proprietários era insuficiente para que pudessem adquirir uma nova habitação.

Desconhece se houve entretanto mais algum desenvolvimento nesse processo mas entende que, atualmente, até podem vir a ser consideradas outras soluções, até por via do novo loteamento.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

PERÍODO ORDEM DO DIA:

PONTO N.º 1 – INFORMAÇÃO SOBRE A ATIVIDADE CAMARÁRIA:

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal apresentou para apreciação, a informação escrita da Senhora Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade desta e da situação financeira do município, bem como o saldo e o estado das dívidas a fornecedores, conforme previsto no n.º 4 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

A Assembleia Municipal apreciou as informações, de acordo com o estipulado na alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

PONTO N.º 2 – DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO MUNICÍPIO DE LAGOA DE 2017:

Foi presente à Assembleia Municipal pela Câmara Municipal os Documentos de Prestação de Contas de 2017, dos quais consta que a receita arrecadada durante o ano foi de € 10.314.151,41 (dez milhões trezentos e catorze mil cento e cinquenta e um euros e quarenta e um cêntimos) e de € 582.694,00 (quinhentos e oitenta e dois mil seiscentos e noventa e quatro euros) esta referente a Operações de Tesouraria, que com o saldo do ano anterior no montante de € 791.010,17 (setecentos e noventa e um mil dez euros e dezassete cêntimos), incluindo Operações de Tesouraria, perfaz a totalidade de € 11.687.855,58 (onze milhões seiscentos e oitenta e sete mil oitocentos e cinquenta e cinco euros e cinquenta e oito cêntimos).

A despesa efetuada durante o mesmo período foi no montante de € 10.684.142,04 (dez milhões seiscentos e oitenta e quatro mil cento e quarenta e dois euros e quatro cêntimos) e de Operações de Tesouraria de € 577.054,51 (quinhentos e setenta e sete mil cinquenta e quatro euros e cinquenta e um cêntimos), do que resulta um saldo positivo no valor de € 426.659,03 (quatrocentos e vinte e seis mil seiscentos e cinquenta e nove euros e três cêntimos), também inclui Operações de Tesouraria.

Os documentos de prestação de contas, encontrando-se integralmente elaborados, conforme dispõe a Resolução do Tribunal de Contas n.º 4/2001 – 2.ª Secção, de 18 de agosto, alterada pela Resolução do Tribunal de Contas n.º 26/2013, de 21 de novembro.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal determinou que se passasse à apreciação e votação, tendo os documentos de Prestação de Contas respeitante ao período de 1 de janeiro a 31 de dezembro do ano de 2017 sido apreciados e votados, por maioria, com 16 votos a favor dos membros do PS e cinco abstenções dos membros do PSD, Carlos Eduardo Teixeira de Faria Resendes, Ruben Filipe Rebelo Cabral, Vítor Manuel Medeiros Sousa, José Eduardo da Cunha Pacheco e Carla Mota Martins Galvão, de acordo com o disposto na alínea I) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

A apresentação dos documentos em apreciação acusou na receita de € 10.972.096,82 (dez milhões novecentos e setenta e dois mil noventa e seis euros e oitenta e dois cêntimos) e de despesa € 10.684.142,04 (dez milhões seiscentos e oitenta e quatro mil cento e quarenta e dois euros e quatro cêntimos), acusando um saldo de € 287.954,78 (duzentos e oitenta e sete mil novecentos e cinquenta e quatro euros e setenta e oito cêntimos). Em Operações de Tesouraria registou-se de entradas de fundos o valor de € 582.694,00 (quinhentos e oitenta e dois mil seiscentos e noventa e quatro euros) e com o saldo de € 133.064,76 (cento e trinta e três mil sessenta e quatro euros e setenta e seis cêntimos) perfaz a quantia de € 715.758,76 (setecentos e quinze mil setecentos e cinquenta e oito euros e setenta e seis cêntimos), de saídas registou-se um montante de € 577.054,51 (quinhentos e setenta e sete mil cinquenta e quatro euros e cinquenta e um cêntimos), apresentando um saldo de € 138.704,25 (cento e trinta e oito mil setecentos e quatro euros e vinte e cinco cêntimos) e acusando um saldo de execução orçamental de € 426.659,03 (quatrocentos e vinte e seis mil seiscentos e cinquenta e nove euros e três cêntimos).

Foi também presente o Relatório de Atividades e Gestão do ano findo, que depois de devidamente apreciado, foi votado por maioria, com 16 votos a favor dos membros do PS e cinco abstenções dos membros do PSD, Carlos Eduardo Teixeira de Faria Resendes, Ruben Filipe Rebelo Cabral, Vítor Manuel Medeiros Sousa, José Eduardo da Cunha Pacheco e Carla Mota Martins Galvão.

Na sequência do Relatório de Atividades e Gestão e Documentos de Prestação de Contas de 2017, foi apresentada a seguinte proposta:

“Nos termos do ponto 2.7.3.3., do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, na sua atual redação, quando existir saldo positivo na conta 59 “Resultados Transitados”, o seu montante pode ser repartido da seguinte forma:

Reforço do património;

Constituição ou reforço de reservas.

Refere, ainda, o ponto 2.7.3.5 que deve constituir-se o reforço anual da conta 57.1 “Reservas Legais”, no valor mínimo de 5% do Resultado Líquido do Exercício.

Assim, para cumprimento dessa norma legal, a Câmara Municipal de Lagoa, propõe que o resultado líquido do exercício, no montante de € 247.648,93, seja aplicado da seguinte forma:

Reservas Legais: € 12.382,45;

Reservas Livres: € 235.266,48.”

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal que fez uma apresentação de um powerpoint sobre o Relatório e Contas do ano 2017, abordando as várias atividades desenvolvidas pelos serviços da Câmara Municipal.

Referiu que no ano 2017 houve uma consolidação financeira das contas do Município.

2017 registou uma das melhores taxas de execução orçamental dos últimos 20 anos, sendo a taxa de execução da receita de 95,2% (-0,6% do que em 2016) e a taxa de execução da despesa de 92,7% (+3,1% do que em 2016).

Comparativamente a 2016, a Autarquia ganhou autonomia financeira, no montante de 188.315,10€, no qual se destacam as rubricas dos Impostos Diretos e Indiretos e obteve-se a melhor Taxa de Execução de PPI dos últimos 10 anos.

A Dívida a Médio e Longo Prazo foi de 6.537.258,14€ e a Dívida a Curto Prazo foi de 457.762,17€, a qual engloba a comparticipação no FAM e as Garantias Bancárias de Obras. Em 2017 verificou-se uma Locação Financeira de 234.721,46€, havendo uma diminuição de 11% em relação ao ano de 2016 (264.153,98€). Em relação aos Empréstimos a Médio e Longo Prazos no valor de 6.302.536,68€, verificou-se também uma diminuição de 11% em relação ao ano 2016 (7.101.347,23€) e pelo terceiro ano consecutivo não houve necessidade de recorrer ao empréstimo a curto prazo.

Pelo quarto ano consecutivo o Município encerrou o ano sem dívidas a fornecedores e registou-se um prazo médio de pagamento a fornecedores de 14 dias, o que significa que a autarquia liquidou a maioria das faturas dentro do prazo de vencimento que em regra é de 30 dias.

Em termos patrimoniais o resultado Líquido do Exercício do ano 2017 foi de 247.648,93€.

A Assembleia Municipal aprovou, por maioria, com 16 votos a favor dos membros do PS e cinco abstenções dos membros do PSD, Carlos Eduardo Teixeira de Faria Resendes, Ruben Filipe Rebelo Cabral, Vítor Manuel Medeiros Sousa, José Eduardo da Cunha Pacheco e Carla Mota Martins Galvão, a proposta de aplicação de Resultados Líquidos do Exercício de 2017, de acordo com o disposto no ponto 2.7.3.1 do Decreto – Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro.

Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Os documentos acima mencionados foram assinados e rubricados em todas as folhas pelos membros da Mesa da Assembleia Municipal, a fim de evitar a sua transcrição em ata, conforme determina o artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 45 362, de 21 de novembro de 1963, na sua atual redação, dada pelo Decreto - Lei n.º 334/82, de 19 de agosto.

PONTO N.º 3 – 1.ª REVISÃO ORÇAMENTAL AO ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA O ANO FINANCEIRO DE 2018:

Pela Câmara Municipal foi presente a 1.ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano do corrente ano, conforme proposta que abaixo se transcreve:

“Torna-se necessário proceder à 1.ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano do corrente ano, de acordo com o preconizado no Decreto-Lei n.º 54-A/99 de 22 de fevereiro, na sua atual redação.

Criação de Receita

- 050999 - Rendimentos de propriedade/ Participações nos lucros de Administrações Públicas/Outras – 1€
- 10030702 - Fundos Comunitários – 771.328€
- 160101 - Na posse do Serviço – 287.954€

Total Criação de Receita = 1.059.283€

Reforços

Despesas Correntes

- 06020305– Outras despesas correntes/Diversas/Outras – 500€

Despesas de Capital

- 07010302 - Obra n.º 6/I/2017 - Construção de Pavilhão - Estrutura Metálica no Polidesportivo da Atalhada – 19.999€ (Plano Não Definido = 111.590€)
- 07011002 - Obra n.º 5/I/2012 - Aquisição de Equipamento de Ar Condicionado – 24.500€
- 07010307 - Obra n.º 25/I/2015 - Manutenção de Edifícios Municipais – 15.000€
- 07030301 - Obra n.º 2/I/2016 - Infraestruturas Rodoviárias – 45.321€
- 07030301 - Obra n.º 16/I/2016 - Ciclovia e Valorização da Frente Marítima da Cidade de Lagoa – 871.102€
- 07010305 – Nova Obra - Construção de Alpendre na Escola Octávio Gomes Filipe – 1€
- 090802 – Fundo de Apoio Municipal - 67.500€
- 110202 – Obra n.º 1/A/2016 – Promoção Turística – Eventos – 100.000€

Total dos Reforços = 1.143.923€

Anulações

Despesas de Capital

- 09030501 – Fundo de Apoio Municipal – 67.500€

- 090802 - Fundo de Apoio Municipal – 17.140€

Total das Anulações das Despesas Correntes = 84.640€."

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal que expôs que essa revisão prende-se com a necessidade de permitir a entrada de 800.000,00€, referentes à parte que é co-financiada do projeto da Ciclovia.

Mais referiu que nesta Revisão consta também o Saldo de Gerência transitado do ano 2017, que só aquando da aprovação dos documentos de prestação de contas, nesta Assembleia Municipal de abril é que pode ser aprovado e distribuído pelas várias rubricas.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação, a 1.ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano do corrente ano, tendo a Assembleia sobre o referido documento, deliberado, por maioria, com 16 votos a favor dos membros do PS e cinco abstenções dos membros do PSD, Carlos Eduardo Teixeira de Faria Resendes, Ruben Filipe Rebelo Cabral, Vítor Manuel Medeiros Sousa, José Eduardo da Cunha Pacheco e Carla Mota Martins Galvão.

1.º Aprovar a 1.ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano do corrente ano, de acordo com o disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

2.º Rubricar todas as folhas, dispensando a sua transcrição em ata, de acordo com o Decreto-Lei n.º 45 362, de 21 de novembro de 1963, com a nova redação dada ao artigo 5.º pelo Decreto-Lei n.º 334/82, de 19 de agosto;

3.º Aprovar em minuta esta deliberação para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

PONTO N.º 4 – REGULAMENTO DE UTILIZAÇÃO DE ESPAÇOS NOS SERVIÇOS E IMÓVEIS AFETOS À CÂMARA MUNICIPAL:

Pela Câmara Municipal foi presente o processo referente à proposta de Regulamento de Utilização de Espaços nos Serviços e Imóveis afetos à Câmara Municipal, o qual terminou o período de apreciação pública para recolha de observações e sugestões da referida proposta que foi publicada no Diário da República, 2.ª Série, n.º 22, de 31 de janeiro de 2018, sem que dela tivesse resultado quaisquer reclamações, observações ou sugestões.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal que explicou que terminou o período de discussão pública para recolha de observações e sugestões sobre a referida proposta sem que tivesse resultado quaisquer reclamações, observações ou sugestões.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, dos vinte e um membros presentes:

1.º Aprovar o Regulamento de Utilização de Espaços nos Serviços e Imóveis afetos à Câmara Municipal, nos termos da alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

2.º Aprovar a presente deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

PONTO N.º 5 – ADESÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOA – AÇORES À ANAM – ASSOCIAÇÃO NACIONAL DAS ASSEMBLEIAS MUNICIPAIS:

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal apresentou a proposta de adesão da Assembleia Municipal de Lagoa – Açores à ANAM - Associação Nacional das Assembleias Municipais, que abaixo se transcreve:

“Considerando que:

As Assembleias Municipais são parte da organização das Autarquias Locais, definidas na Constituição da República Portuguesa como o órgão deliberativo dos Municípios, constituído por membros diretamente eleitos e por Presidentes de Junta de Freguesia;

A ANAM - Associação Nacional das Assembleias Municipais é uma Associação de direito privado, constituída por escritura pública de 7 de maio de 2016, que se rege pelos respetivos estatutos e subsidiariamente pelas competentes disposições do Código Civil;

De acordo com o n.º 1 do artigo 2.º, dos seus estatutos, a ANAM tem por objeto valorizar o papel das Assembleias Municipais na organização democrática dos Municípios;

Ao abrigo do disposto no artigo 3.º dos referidos estatutos são associados da ANAM os Municípios, representados pelos respetivos Presidentes de Assembleia Municipal, cujas Assembleias Municipais manifestem a sua vontade em aderir a esta Associação;

Compete ao Presidente da Assembleia Municipal representar a Assembleia Municipal, de acordo com a alínea a) do n.º 1 do artigo 30.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Assim, proponho, ao abrigo do previsto na alínea k) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que a Assembleia Municipal delibere aprovar:

1.º A adesão da Assembleia Municipal de Lagoa - Açores à ANAM - Associação Nacional das Assembleias Municipais, sendo representada pelo respetivo Presidente, nos termos dos estatutos da ANAM - Associação Nacional das Assembleias Municipais, em anexo, que fazem parte integrante desta proposta;

2.º O pagamento de uma quota anual cujo valor será fixado pelo Conselho Geral sob proposta da Direção.”

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, dos vinte e um membros presentes:

1.º Aprovar a adesão da Assembleia Municipal de Lagoa - Açores à ANAM - Associação Nacional das Assembleias Municipais, sendo representada pelo respetivo Presidente, nos termos dos estatutos da ANAM - Associação Nacional das Assembleias Municipais, em anexo, que fazem parte integrante desta proposta;

2.º Aprovar o pagamento de uma quota anual no valor fixado pelo Conselho Geral sob proposta da Direção;

3.º Aprovar a presente deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

PONTO N.º 6 – RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES DA COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE LAGOA - 2017:

Pela Comissão de Proteção de Crianças e Jovens da Lagoa (CPCJ) foi presente o ofício n.º 88/2018, de 15 de fevereiro, remetendo o relatório anual de atividades daquela Comissão de Proteção, referente ao ano de 2017, o qual foi aprovado em reunião da Comissão Alargada no passado dia 7 de fevereiro, conforme dispõe a alínea j) do artigo 18.º da Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, na sua atual redação que refere que compete à Comissão Alargada aprovar o relatório anual de atividades e avaliação e enviá-lo à Comissão Nacional, à Assembleia Municipal e ao Ministério Público.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que o Senhor Presidente da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Lagoa, Eng. Nelson Santos, não estava presente na sessão da Assembleia Municipal para apresentar o Relatório Anual da CPCJ, por se encontrar na Horta no Encontro Regional de Comissões de Proteção de Menores, solicitando que este assunto seja presente na próxima sessão da Assembleia Municipal de modo a permitir que o Senhor Eng. Nelson Santos possa fazer essa apresentação.

O membro Carlos Resendes questionou porque razão o Relatório da CPCJ não tinha sido disponibilizado com a agenda de trabalhos para a presente sessão.

O Senhor Presidente da Assembleia informou que se adotou o mesmo procedimento dos anos anteriores, uma vez que se trata de um relatório com dados numéricos, não existindo qualquer informação nominal nem detalhada sobre os casos e é sempre apresentado pelo Presidente da CPCJ.

A membro Mónica Domingues acrescentou que o documento em causa não pode ser disponibilizado nem reproduzido devido a recomendações da Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e concordou que o assunto seja novamente presente à sessão de junho da Assembleia Municipal.

PONTO N.º 7 – OUTROS ASSUNTOS:

Conforme distribuído por todos os membros, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal propôs a alteração à ordem de trabalhos com a introdução dos seguintes assuntos:

- Regulamento de Utilização e Cedência dos Campos Municipais;
- Plano Municipal de Ação ao PEPGRA;
- Adenda a Contrato de Arrendamento para Fins Não Habitacionais com Prazo Certo.

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, pelos vinte e um membros presentes, concordar com a introdução dos referidos assuntos.

REGULAMENTO DE UTILIZAÇÃO E CEDÊNCIA DOS CAMPOS MUNICIPAIS:

Pela Câmara Municipal foi presente o processo referente à proposta de Regulamento de Utilização e Cedência dos Campos Municipais, o qual terminou o período de apreciação pública para recolha de observações e sugestões da referida proposta que foi publicada no Diário da República, 2.ª Série, n.º 38, de 22 de fevereiro de 2018, sem que dela tivesse resultado quaisquer reclamações, observações ou sugestões.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal que explicou que terminou o período de discussão pública para recolha de observações e sugestões sobre a referida proposta sem que tivesse resultado quaisquer reclamações, observações ou sugestões.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade dos vinte e um membros presentes:

- 1.º** Aprovar o Regulamento de Utilização e Cedência dos Campos Municipais, nos termos da alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
- 2.º** Aprovar a presente deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

PLANO MUNICIPAL DE AÇÃO AO PEPGRA:

Pela Câmara Municipal foi presente o processo referente à proposta do Plano Municipal de Ação ao PEPGRA, o qual terminou o período de apreciação pública para recolha de observações e sugestões do referido projeto que foi publicado no Diário da República, 2.ª Série, n.º 38, de 22 de fevereiro de 2018, sem que dele tivessem resultado quaisquer reclamações, observações ou sugestões.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal que explicou que terminou o período de discussão pública para recolha de observações e sugestões sobre a referida proposta sem que tivesse resultado quaisquer reclamações, observações ou sugestões.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade dos vinte e um membros presentes:

- 1.º** Aprovar o Plano Municipal de Ação ao PEPGRA, nos termos da alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
- 2.º** Aprovar a presente deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

ADENDA A CONTRATO DE ARRENDAMENTO PARA FINS NÃO HABITACIONAIS COM PRAZO CERTO:

Pela Câmara Municipal foi presente a proposta de Adenda ao Contrato de Arrendamento para Fins Não Habitacionais com Prazo Certo, que abaixo se transcreve:

“Considerando que:

Em 23 de julho de 2015 foi celebrado, entre as Portas da Lagoa – Sociedade de Desenvolvimento de Lagoa, S.A. e a Empresa Municipal de Urbanização, Requalificação Urbana e Ambiental e Habitação Social da Lagoa, EM (EML), contrato de arrendamento para fins não habitacionais com prazo certo – 26 anos -, sobre vários de terreno sitos à zona do Tecnoparque de Lagoa, freguesia de Nossa Senhora do Rosário, deste concelho;

Entretanto, em cumprimento de imposição legal resultante do disposto no então “novo” Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local, aprovado pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, a referida EML foi dissolvida e, subsequentemente, liquidado o seu património e integradas e internalizadas as respetivas atividades na Câmara Municipal de Lagoa-Açores.

Por conseguinte, a Câmara Municipal de Lagoa substitui a EML naquele contrato, tendo, assim, ocorrido, por imposição legal, a sua cessão da posição contratual;

Passados dois anos e meio sobre o início da execução dos efeitos daquele contrato, constataram-se que algumas cláusulas do carecem de atualização e alteração por forma a melhor salvaguardar o interesse público e a sua eficiência, um dos critérios do princípio da Boa Administração, previsto no artigo 5.º do Código do Procedimento Administrativo e que deve nortear toda a atividade administrativa;

Assim, por motivos de interesse público e na prossecução do princípio da Boa Administração – que deve nortear toda a atividade administrativa -, há agora necessidade de se alterar e adaptar alguns aspetos daquele contrato, nomeadamente alterar a sua cláusula décima terceira, precisamente para prever que a Autarquia possa denunciar a vigência do contrato de arrendamento, denúncia esta que pode ser parcial ou total. Ou seja, pode denunciar a vigência do contrato de arrendamento apenas quanto a um único e concreto lote, mais do que um ou até quanto a todos conjuntamente. Esta opção melhora a posição da Autarquia neste contrato pois permite desonerar-se, parcial ou totalmente, da sua vigência, em função dos seus supervenientes interesses.

As alterações aos contratos em curso, especialmente os de longa duração, são habituais e até desejáveis pois correspondem à sua atualização e compatibilização às circunstâncias de facto ou de direito entretanto ocorridas pois a realidade e a relação entre as partes é, por natureza, dinâmica.

Temos em que, atenta a recente troca de correspondência entre as partes sobre o assunto e, ao abrigo do disposto na linha i), do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, apresenta-se, para aprovação e subsequente submissão a deliberação de Assembleia Municipal,

a presente proposta de adenda ao Contrato de Arrendamento para Fins não Habitacionais com Prazo Certo infra concretizadas.

ADENDA A CONTRATO DE ARRENDAMENTO PARA FINS NÃO HABITACIONAIS COM PRAZO CERTO

PRIMEIROS OUTORGANTES: PORTAS DA LAGOA – SOCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO DE LAGOA, SA, pessoa coletiva nº 512100772, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Ponta Delgada, com o capital social de 100.000,00€ e com sede no Largo D. João III, freguesia de Santa Cruz, concelho da Lagoa, neste ato representada pelo seu Administrador Único com poderes para este ato, Hélder Alberto Martins Fialho, portador do Cartão de Cidadão n.º 07703159, válido até 14/11/2020

E

SEGUNDO OUTORGANTE: MUNICÍPIO DE LAGOA, Pessoa Coletiva de Direito Público nº 512 074 410, com sede no Largo D. João III, Santa Cruz, 9560-045 Lagoa (Açores), na qualidade de cessionária da posição contratual da EML por força do processo de internalização das respetivas atividades e liquidação do seu património, neste ato representado, nos termos do disposto no artigo 35.º, n.º1, alínea a), da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, pela Presidente da Câmara Municipal, Dra. Cristina de Fátima da Silva Calisto, portadora do Cartão de Cidadão nº 10842760, válido até 30/01/2018.

É feita, por mútuo acordo, a presente adenda ao mencionado CONTRATO DE ARRENDAMENTO PARA FINS NÃO HABITACIONAIS COM PRAZO CERTO, em que as partes acordam em alterar a Cláusula Décima Terceira que passa a ter a seguinte redação:

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

(Denúncia)

1. Ambos os outorgantes acordam, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 1110.º, n.º 1, do Código Civil, que, após cinco anos de vigência do contrato, a Segunda Outorgante pode denunciar, parcial ou totalmente, a sua vigência, ou seja fazendo cessar todos os seus efeitos apenas quanto a um único e específico lote ou a sua totalidade, desde que o faça com a antecedência mínima de 180 (cento e oitenta) dias.
2. A denúncia prevista no número anterior é efetuada mediante comunicação por carta registada com aviso de receção com a indicação do concreto ou concretos lotes cujo arrendamento se pretende fazer cessar e sem necessidade de indicação de qualquer motivo justificativo.
3. A denúncia prevista no presente artigo implica o pagamento das rendas devidas para o lote ou lotes em causa e objetos da denúncia até ao fim da vigência do arrendamento daqueles lotes nos termos comunicados e com a antecedência devida, embora não dê lugar ou confira direito ao pagamento ou recebimento de qualquer indemnização ou compensação pela celebração, execução e cessação, ainda que antecipada, da vigência do contrato.

4. O previsto nos números anteriores da presente cláusula não é aplicável aos lotes em que subsistam contratos de subarrendamento celebrados entre o Município de Lagoa e os seus respetivos subarrendatários.

Termos em que, é livremente acordado, reciprocamente aceite e reduzido a escrito o presente ADITAMENTO AO CONTRATO DE ARRENDAMENTO PARA FINS NÃO HABITACIONAIS COM PRAZO CERTO, celebrado em 23 de julho de 2015, passando a fazer sua parte integrante, para todos os devidos e legais efeitos, nos seus termos e condições e cujo integral cumprimento as partes se obrigam, mantendo-se em vigor todas as restantes cláusulas e demais condições constantes do referido ADITAMENTO AO CONTRATO DE ARRENDAMENTO PARA FINS NÃO HABITACIONAIS COM PRAZO CERTO.

Esta adenda é feita em duplicado, ficando um exemplar em poder de cada um dos outorgantes.”

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal que explicou que com esta alteração, a Câmara Municipal passa a ter a opção de rescisão do contrato, ao fim de 5 anos, desde que comunicado com a antecedência de 180 dias, havendo lugar única e exclusivamente ao pagamento das rendas referentes ao prazo dos 180 dias, não havendo lugar a mais nenhum pagamento.

O membro Carlos Resendes pediu esclarecimentos referindo que tem dúvidas sobre a redação do ponto 3 da cláusula 13, receando que da forma como a mesma está expressa não seja suficientemente clara para garantir que, no futuro, a Câmara não tenha de pagar as rendas todas até ao fim do prazo do contrato em 2041.

A Senhora Presidente da Câmara Municipal procedeu à leitura da Cláusula 13ª e referiu que não compreende a questão levantada pelo membro Carlos Resendes porque uma cláusula é composta por vários artigos e que têm de ser lidos no seu todo e não parcialmente, trata-se de uma questão de saber interpretar português. Mais salientou que esta medida é muito benéfica para a Câmara Municipal porque permite poder rescindir e não ter de cumprir o contrato até ao final.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, dos vinte e um membros presentes:

1.º Aprovar a Adenda ao Contrato de Arrendamento para fins não habitacionais com Prazo certo, celebrado entre as Portas da Lagoa – Sociedade de Desenvolvimento de Lagoa, SA, e o Município de Lagoa - Açores;

2.º Aprovar a presente deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

PERIODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO:

De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu que estava aberto o período de intervenção ao público, não tendo havido qualquer intervenção por parte do público.

Antes de dar por terminada esta sessão, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu que, gostaria, uma vez mais, de agradecer a presença de todos.

Sem mais assuntos a tratar, sendo vinte e uma horas e trinta e sete minutos, foi dada por encerrada esta sessão pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal. Para constar foi lavrada a presente ata, que, depois de lida e aprovada, será assinada pela Mesa.

E eu _____, Assistente Técnica, do Gabinete de Apoio à Presidência, nomeada para o efeito, a redigi e assino.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA

O PRIMEIRO SECRETÁRIO

A SEGUNDA SECRETÁRIA
